



NOTA PÚBLICA CONTRA OS PROCESSOS DE MILITARIZAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E EM APOIO AO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE GOIÁS

O Conselho do Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Goiás (IFG), em reunião ocorrida no dia 16 de dezembro de 2015, deliberou por manifestar-se publicamente sobre os processos de implantação das Organizações Sociais (OS) e da Polícia Militar na gestão das escolas da Rede Pública de Educação do Estado de Goiás. O Conselho considera necessário se posicionar contra tais processos, pois hoje o Câmpus Goiânia do IFG, além de estar inserido numa Instituição que preza pela democracia, oferta cursos de licenciatura, sendo portanto um centro de formação de professores.

Destaca-se que as propostas de implementação das OS e do processo de militarização na gestão das escolas públicas devem ser desenvolvidas com o máximo de transparência na sociedade, verificando as reais necessidades e impactos na Educação Pública. Deve-se fazer valer, sobretudo, os princípios norteadores da gestão pública e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O Conselho considera que nesse processo é necessário um diálogo verdadeiramente aberto com a comunidade escolar ou algum tipo de consulta técnica com profissionais e instituições reconhecidas e capacitadas para refletirem sobre a gestão na Educação Pública.

No entendimento do Conselho, a implementação das OS abre precedente para o fim dos concursos públicos na área da Educação, podendo criar carreiras díspares, no que tange aos direitos historicamente conquistados, para profissionais que exercem uma mesma função. Tal possibilidade implica em um desestímulo ainda maior à docência, pois ataca a autonomia, a estabilidade empregatícia e os planos de carreira dos profissionais.

Ao destinar recursos públicos para as Organizações Sociais e delegar a gestão das escolas para terceiros, o atual governo de Goiás expõe um discurso contraditório. Vale destacar que, até 2014, o governo afirmava que a educação estadual ia bem ao produzir índices satisfatórios. Passados poucos meses, o governo, depois de reeleito, passa a afirmar que não tem a competência necessária para gerir o essencial direito à Educação, que é assegurado constitucionalmente.

O Conselho do Câmpus Goiânia do IFG declara aqui total apoio ao recente movimento de ocupação das escolas públicas estaduais de Goiás, de forma responsável, protagonizado pelos estudantes secundaristas. Ao tomarem esses espaços, os estudantes se mostram amplamente comprometidos com a defesa do patrimônio público e com a melhoria de uma Educação que seja civil, pública, gratuita e de qualidade. Por fim, o Conselho espera que as autoridades do Estado garantam a integridade física e psicológica dos estudantes e professores, bem como a salubridade dos espaços ocupados.

Goiânia – Goiás, 22 de dezembro de 2015.

**Conselho do Câmpus Goiânia do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)**